

NAMBIQUARA DO GUAPORÉ

Projeto de Audio-Visual
Centro de Trabalho Indigenista



Projeto para a elaboração de um audio-visual sobre a história recente dos Índios Nambiquaras do Vale do rio Guaporé e a construção da rodovia Cuiabá - Porto Velho.

1. Antecedentes:

A situação dos Índios Nambiquaras do Guaporé vem merecendo uma atenção especial motivada pelo desvio e asfaltamento da rodovia Cuiabá-Porto Velho, a BR - 364, para dentro de seus territórios. O planejamento e a execução desta estrada genocida é mais uma das violentas agressões sofridas por este povo em sua história recente: arsênico, bala, gripe, sarampo, espancamentos, "deportações", desfolhantes químicos, devastação de suas matas, etc... isso só para citar os fatos mais concretos e objetivos (já encaminhados à OXFAM, através de vossa representante em Manaus, com forte documentação relatando esses fatos).

Em alguns momentos mais críticos desta história a imprensa nacional e internacional denunciaram à opinião pública a situação destes Índios, apontando para a trama empresarial/governamental articulada no sentido de expropriar os Nambiquaras de suas terras no Guaporé. Alegações do tipo "não sabíamos que ali haviam Índios" sempre serviram para safar o governo de sua responsabilidade e entregar os Índios à ganância dos empresários subsidiados pelo governo.

Enquanto isso, entre uma denúncia e outra, enquanto para imprensa e a opinião pública "nada de novo" acontece, o processo de aniquilamento prossegue, rápido e silencioso. Nos últimos cinco anos pouco se falou de Nambiquara mas a verdade é que sua população continuou decrescendo e que o cerco do pasto e do gado, das agropecuárias, se fechou drasticamente

sobre as malocas indígenas, com a devastação de mais alguns milhares de hectares de floresta.

Neste momento, o asfaltamento da BR - 364, com seu novo traçado projetado desde 1975, é sustentado pelo governo com os argumentos de sempre: "onde passa a estrada não tem índio". Não tem índio porque a FUNAI continua se recusando a reconhecer que os grupos Alakatesu e Waiksu existem, e se localizam encima do traçado da estrada na área ocupada pela fazenda Sorana. Não tem índio porque a BR passa a poucos metros das "ilhas" de terra que a FUNAI demarcou para os outros grupos.

Os prejuízos que a estrada trará para a nação Nambiquara são evidentes, basta consultar os índices de fluxo de tráfego previstos para este eixo, que é nada mais nada menos que a porta da Amazônia Ocidental: via obrigatória de acesso para Rorônia, Porto - Velho, Rio Branco, Acre.

O mais grave no entanto é que as reduzidas áreas de terra que a FUNAI reservou e considera satisfatórias para os índios, lhes tiram qualquer perspectiva de uma recuperação e expansão futura, para não falar da sobrevivência atual. Todo mundo espera que em breve os índios sejam menos e suas reservas novamente reduzidas, "adequando-as à nova realidade" como costumam dizer.

2. Campanha em Defesa do Povo Nambiquara.

A gravidade da situação levou uma série de pessoas e entidades ligadas ao indigenismo brasileiro a constituir uma Comissão com o propósito de criar uma consciência da opinião pública em torno do problema e organizar uma resistência contra a execução do projeto da estrada.

A Campanha em Defesa do Povo Nambiquara, na qual o CTI vem tendo uma participação ativa, já que vinha acompanhando o problema a algum tem

po, coloca duas reivindicações básicas: 1) o retorno da estrada ao seu traçado original, 2) a demarcação imediata de três áreas contínuas, englobando os oito grupos indígenas, garantindo-lhes a sobrevivência física e cultural.

A existência de um fato novo - a estrada - , com o agravante de envolver o Banco Mundial, criou as condições necessárias para que os Nambiquaras voltassem a merecer a atenção de todos. Nossa tarefa, agora, é sistematizar e ampliar essa denúncia para não permitir que ela se perca nesse "mar de denúncias" a que assistimos diariamente. Fazer com que ela exerça a pressão necessária sobre as autoridades para resultar em benefícios reais para as comunidades Nambiquaras.

Numa primeira etapa, conseguimos alguns resultados positivos. A elaboração e remessa de um dossiê à presidência do Banco Mundial e a diversas entidades de apoio as minorias étnicas, chamou atenção para o problema dos índios que até então era considerada tranquila pelos dirigentes do Banco. A divulgação do problema e a mobilização das entidades estrangeiras, principalmente as americanas, levou uma equipe de assessores deste Banco a retornar ao Brasil com o dossiê e as nossas propostas de demarcação em mãos, dispostos a rediscutir inclusive o traçado da estrada.

Infelizmente, assistimos a um deterioramento do indigenismo oficial que vem atingindo todas as populações indígenas brasileiras, entre elas a Nambiquara. Os Ministérios do Interior e dos Transportes não admitem discutir o traçado, que para eles é uma questão fechada. A crise da FUNAI que culminou na demissão de 31 funcionários, que vinham denunciando as irregularidades praticadas pelo órgão, também veio prejudicar o andamento da campanha. Entre os demitidos estava a antropóloga Ana Maria Lange, responsável na FUNAI pela demarcação de terras em área Nambiquara, mas também, integrante desta comissão.

Enquanto isso, se o governo brasileiro ainda não se pronunciou nem o Banco Mundial assumiu publicamente uma posição definida sobre esta situação (atitude estratégica para esfriar a reação da opinião pública), na área, as obras preparatórias - picadão, topografia e sondagem de terreno - prosseguem silenciosamente em ritmo acelerado.

Nestas circunstâncias, com o retorno às aulas e o fim do recesso do Congresso Nacional agora em agosto, voltamos a concentrar esforços na ampliação da divulgação da campanha. Para tanto o CTI elaborou um caderno/ denúncia "Mão Branca Contra o Povo Cinza, Vamos matar este índio?", com uma tiragem de 6.000 exemplares. Com a ajuda de custo que a OXFAM está proporcionando à Comissão estamos concluindo a impressão de um cartaz. Previmos também visitas periódicas à área para acompanhar in loco o desenvolver dos acontecimentos e alimentar a campanha com dados atualizados.

3. Audio-visual como instrumento de propaganda.

A situação dos índios Nambiquara é um problema de difícil solução e a construção da estrada em suas terras é quase um fato consumado. A estrada é sem dúvida um duro golpe, mas não tão fatal quanto a redução de suas reservas, que os condena à morte por "asfixia", roubando-lhes o espaço vital, impondo-lhes uma situação de contato compulsivo e violento.

Devemos redobrar esforços e, no decorrer de seu processo, saber orientar a campanha para que ela resulte, em última instância, na ampliação significativa das reservas dos índios do Guaporé.

Qualquer revisão de reserva indígena nesta região implica em que os empresários, em sua maioria brasileiros, "cedam" terras aos índios, visto que o vale já se encontra totalmente dividido em "propriedades". Para

tal o papel do Banco Mundial e da opinião pública internacional é importante, mas a pressão da opinião pública nacional é fundamental. Devemos portanto elaborar um material de propaganda capaz de sensibilizar e mobilizar esta opinião pública.

É neste sentido que estamos encominhando à OXFAM este projeto para a realização de um audio-visual sobre a história recente dos índios Nambiquara do Guaporé e a construção da rodovia BR-364. Com o audio-visual, a exemplo da publicação "Mão Branca Contra o Povo Cinza" mas com um poder de envolvimento e alcance muito maior, poderemos transmitir ao público uma visão do problema em toda a sua complexidade. Insistimos neste ponto porque acreditamos que o problema de estrada não pode ser apontado como um fato isolado, mas como mais uma investida de um processo contínuo de aniquilamento dos Nambiquaras, e expropriação de suas terras. É preciso resaltar que, afóra o problema da estrada, o governo e o empresariado nacional já tem, por todo seu procedimento anterior, uma responsabilidade e uma dívida muito grande em relação ao extermínio destes índios. Transmitir uma visão global do problema, com toda a sua trama contribui para evitar que o governo descarte o problema dizendo que vai aplicar uns tantos milhões em benefício destes índios, dando por esquecido a questão da ampliação de suas reservas.

O roteiro do audio-visual segue basicamente aquele da história do "Mão Branca ^{CONTRA} o Povo Cinza", com a vantagem de podermos transmitir uma imagem mais real e intensa do que seja o deserto de arica para o qual os Nambiquaras foram transferidos, o trauma sofrido pela epidemia de sarampo, o grau de devastação Vale do Guaporé e assim sucessivamente de cada uma das situações referidas no livro.

Além do que está contido no livro desenvolveremos de maneira mais detalhada dois pontos: 1) a documentação da construção em si, os contornos

de obra, as cavernas com pinturas rupestres, a reação dos índios e a expectativa dos fazendeiros em relação à estrada narrada com suas próprias palavras; 2) o trabalho de extração de borracha que os Mamainde e Negarotê estão realizando, numa demonstração⁴ que os índios precisam sirda terra e sabem dar-lhe excelente proveito, sem precisar transformar tudo num gigantesco pasto.

Pretendemos coletar o material visual e sonoro em campo ente os meses de outubro e dezembro. Os meses de janeiro e fevereiro seriam dedicados à montagem. Creemos que o assunto Nambiquara deve permanecer em pauta durante todo o tempo em que a BR-364 estiver sendo construída, e é esse o tempo que temos para levar essa discussão adiante. Além do mais, um documento desta natureza contribui na divulgação da problemática indígena de uma maneira global.

Virginia Valadão

Vincent Robert Carelli

Centro de Trabalho Indigenista

Orçamento do Audio-Visual

Material sensível

<i>40 filmes (negativo e revelação)</i>	<i>10.000,00</i>
<i>20 fitas K 7</i>	<i>3.000,00</i>

Equipamento

<i>1 gravador</i>	<i>7.000,00</i>
<i>1 projetor</i>	<i>10.000,00</i>
<i>1 máquina fotográfica</i>	<i>20.000,00</i>

Viajens

<i>São Paulo/ Vilhena/ São Paulo (duas pessoas)</i>	<i>40.000,00</i>
<i>Estadias e deslocamentos na área (90 dias)</i>	<i>40.000,00</i>

Edição

<i>Servoços de montagem - reproduções de imagen e som, mixagem, letreiros, legendas</i>	<i>30.000,00</i>
<i>2 duplicatas do audio-visual</i>	<i>20.000,00</i>

sub-total *210.000,00*

Despesas de projeto (5%)

10.500,00

total *220.500,00*